



[boletim imprimivel](#) | [assinatura de graça](#) | [Números anteriores](#)

disponível em [Francês](#), [Espanhol](#) e [Inglês](#)

MOVIMENTO MUNDIAL PELAS FLORESTAS TROPICAIS

Número 191 - Junho 2013

NOSSA OPINIÃO

- **O financiamento para plantações industriais de árvores no Sul global em tempos de crise: qual crise?**

O FOCO DESTA BOLETIM: FINANCIANDO A EXPANSÃO DAS PLANTAÇÕES DE MONOCULTURAS DE ÁRVORES

- **Velhos e novos investidores por detrás da expansão dos monocultivos de árvores**
A expansão dos monocultivos de árvores em grande escala no Sul global é um processo que aconteceu ao longo do século XX, principalmente desde os anos 1960, e se projeta ao XXI, aprofundando-se cada vez mais e coincidindo com a crescente globalização da economia e dos mercados.
- **“Dragões de papel”: Empresas de plantação de madeira e credores na Indonésia**
A expansão do setor de plantação de madeira da Indonésia, com toda a indústria que dele decorre, tem se desenvolvido intensamente, apoiada pelas políticas do país, pelo mercado global e pelas corporações internacionais. O setor de plantação de madeira está integrado não só com a indústria de celulose e papel, mas também com a energia não fóssil e a indústria de carbono.
- **Moçambique: plantações industriais de árvores prometem lucros para investidores, deixando impactos negativos para comunidades camponesas**
Moçambique é um exemplo de um país do Sul global que nos últimos anos atrai muitos financiamentos para expandir sua área de plantações industriais de árvores; esse interesse não vem só de instituições financeiras tradicionais, como bancos convencionais, mas, sobretudo, de diversos tipos de fundos de investimentos, de forma direta – e indireta. O resultado é uma maior concentração de terras em um país onde a maioria depende da agricultura e da produção de alimentos para sobreviver.
- **Uruguai: novos fundos para plantações industriais de árvores**
Não são apenas os grandes consórcios florestais que estão por trás dos monocultivos de árvores no Uruguai. Favorecidos por políticas de promoção do investimento estrangeiro, investidores sem rosto, agrupados em fundos de investimento e fundos de pensão, aprofundam, com seu dinheiro, a expansão das plantações de árvores no país.

UMA FERRAMENTA PARA AS COMUNIDADES

- **O monocultivo de dendê: 12 Respostas para 12 Mentiras**
Tratando das afirmações feitas pela indústria do dendê para “vender” suas plantações industriais, o

Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM) produziu uma nova cartilha que está disponível em português, inglês, espanhol e francês.

POVOS EM AÇÃO

- **Brasil: Seminário no estado de Paraná em favor da Vida e contra o deserto verde**
- **Moçambique: Camponeses fazem um apelo para resistir à concentração de terras:**
- **Carta aberta sobre a política de biocombustíveis da União Europeia**
- **Equador: vigília pelo Yasuní:**

RECOMENDADOS

- **“Sanguessugas do Brasil”**
- **“Expansão do dendê na Amazônia brasileira: elementos para uma análise dos impactos sobre a agricultura familiar no nordeste do Pará”**
- **“Carbon discredited: why the EU should steer clear of forest carbon offsets”**

NOSSA OPINIÃO

- O financiamento para plantações industriais de árvores no Sul global em tempos de crise: qual crise?

As notícias da Europa e dos Estados Unidos descrevem um cenário de crise econômico-financeira grave, de pouco ou zero crescimento da economia, falta de investimentos e altas taxas de desemprego. Mas, desde que essa crise surgiu, uns cinco anos atrás, também vemos um processo intenso de investimentos em terras e plantações de monoculturas de árvores e outros cultivos na América Latina, na África e na Ásia. Esse processo acontece cada vez mais através de diversos fundos de investimentos, na sua maioria vindos de países industrializados do Norte em crise, por exemplo, de fundos de pensão e fundos que especificamente fazem investimentos chamados “florestais”. Qual seria, então, a crise de que estamos falando?

Certamente não é uma crise de falta de dinheiro. Os fundos de investimentos parecem dispor de um volume imenso de recursos, como mostra, por exemplo, o artigo neste boletim sobre sua atuação em Moçambique. Se, para o povo, não é nada fácil entender como funcionam esses Fundos, como são feitos seus investimentos e operações no mercado financeiro, há sim uma mensagem bastante clara e parecida que está presente entre todos os Fundos: nós podemos oferecer a você, investidor, um bom retorno, um lucro “atrativo”. E devido à competição entre os diversos Fundos, os mesmos sempre estão em busca de investimentos que possam gerar mais retorno, mais lucro, e pouco importa onde esteja e qual seja a atividade, desde que haja um bom “clima”, uma “segurança” local para os investimentos. Isso ocorre, por exemplo, em muitos países do Sul global onde governos têm aberto suas portas para esses investidores.

O alto desemprego nos países onde os grandes fundos de investimentos mantêm suas sedes e as tragédias causadas nas vidas das pessoas, famílias e comunidades afetadas não parecem ser algo que está entre as suas preocupações; o que os move, antes de mais nada, é a busca por oportunidades para aumentar seus capitais.

Conforme as informações divulgadas pelos Fundos, a crise realmente não é com eles. Eles falam sempre em “oportunidades” e demonstram uma ambição impressionante. Acreditam que plantar milhares de hectares de monoculturas pode melhorar as condições de vida de comunidades rurais.

Mas quando essas comunidades são afetadas por esses projetos de monocultura de árvores em grande escala, uma situação de crise costuma começar ou se agravar para essas comunidades. Conflitos de terra, redução da biodiversidade, ameaças à soberania alimentar, problemas com água e conflitos trabalhistas da minoria que consegue um emprego são alguns dos impactos mais relatados pelas comunidades.

Há outra crise, mais profunda, por trás disso: a opção dos governos de facilitar os investimentos privados em grandes projetos e não priorizar políticas para atender as necessidades mais urgentes e os direitos mais básicos da grande maioria da população. Em nenhum caso em que houve a promoção de projetos de plantações de monocultivos de árvores em grande escala conhecido pelo WRM, as comunidades são devidamente consultadas e seus direitos, respeitados. Aliás, essas comunidades costumam ter propostas bem diferentes: pedem apoio para o incentivo à agricultura familiar, camponesa, para ter acesso à moradia, a uma educação de qualidade e diferenciada, ou seja, adequada a sua realidade, além de outras demandas. Mas geralmente os governos alegam que faltam recursos para isso.

De fato, os investimentos para atender a essas demandas são ínfimos, sobretudo se forem comparados com os volumes de dinheiro que movimenta o mercado de investimentos no agronegócio e outros setores que causam graves impactos para a população e o ambiente. E mais, esses grandes projetos costumam ainda contar com recursos, incentivos e “seguranças” públicos – destacando também o crescente papel de grandes bancos públicos dos países do Sul global –, para produzir, geralmente, matérias primas ou mercadorias exportadas e/ou acessíveis apenas a uma minoria da população para manter um sistema de produção e consumo, em boa parte excessivas e degradantes para o ambiente.

Talvez a insistência neste caminho, neste modelo, que atende à lógica da acumulação de capital para atender alguns poucos enquanto mantém e aumenta desigualdades sociais e ambientais, seja uma das maiores crises que o mundo enfrenta hoje.

Início

O FOCO DESTA BOLETIM: FINANCIANDO A EXPANSÃO DAS PLANTAÇÕES DE MONOCULTURAS DE ÁRVORES

- Velhos e novos investidores por detrás da expansão dos monocultivos de árvores

Dentro da lógica capitalista de crescimento econômico permanente como parâmetro necessário para o chamado desenvolvimento, a tendência tem sido de incrementar a produção, aumentar o consumo, inventar produtos novos para que os mercados cresçam e, assim, expandir o comércio. As grandes massas de dinheiro geradas com esses movimentos também possibilitaram sua reprodução, em uma espiral ascendente de exploração dos ecossistemas e das pessoas, com um corolário de concentração e apropriação por parte de minorias privilegiadas e de exclusão e despojo de grandes maiorias populares.

Montando o cenário

Para possibilitar esse processo, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial impuseram, principalmente desde o final da década de 1980, receitas de medidas que privatizaram de um modo ou de outro e abriram setores da economia ao mercado internacional e a um aprofundamento das transações financeiras. O marco necessário para isso foi proporcionado pela OMC e pelos tratados de livre comércio,

que aprofundaram paulatinamente a liberalização e a globalização do comércio.

No caso do setor florestal, os fundos que permitiram a expansão dos monocultivos de árvores têm distintas formas: 1) investimentos diretos que atualmente representam a maior parte do investimento do setor privado nessa área – cujos principais agentes foram empresas transnacionais –, com recursos de bancos multilaterais e nacionais de desenvolvimento e também dos bancos privados, 2) investimentos indiretos – através de fundos de investimento, por exemplo, cuja importância vem aumentando, 3) mecanismos financeiros como o MDL e o REDD+, 4) incentivos fiscais diretos – como isenções de impostos ou empréstimos subvencionados para estimular o investimento – e indiretos – os que apoiam pesquisa, capacitação, extensão e até a informação comercial, 5) a construção da infraestrutura que possibilita o desenvolvimento do negócio (estradas, portos, hidrovias, etc.), que implica a produção de matéria-prima de exportação, com uma logística complexa. Em todos os casos, empresas e fundos de investimento tiveram acesso a valiosos “recursos naturais” e a mão de obra barata, às vezes sem pagar ou pagando um mínimo pelo uso da água ou das terras, o que lhes permitiu aumentar seu alcance, seu capital e, por consequência, seu lucro.

Além desses mecanismos, a expansão dos monocultivos florestais requer uma plataforma de decolagem cuja formulação compete aos governos e que se concretiza nas reformas institucionais, políticas e macroeconômicas que permitirão que se crie o âmbito institucional e jurídico necessário para favorecer o desenvolvimento do setor. Isso tem outras derivações, como, por exemplo, a influência que as empresas buscam ter sobre os governos, através do financiamento de campanhas eleitorais de candidatos com possibilidades reais de ganhar eleições ou outros pagamentos ilegais, como se denunciou em vários casos.

Nesse cenário, movem-se os atores públicos e privados que proporcionam os fundos para comprar a terra, se for preciso, e o maquinário, que é proveniente do Norte, para plantar as árvores, pagar os empregados – ou promover a terceirização – e construir as fábricas. Principalmente na América Latina, empresas privadas da indústria de celulose e papel aparecem como donas da terra, plantam eucaliptos e pinus para a obtenção de matéria-prima, para depois exportá-la majoritariamente ao Norte global, onde se costumam realizar as atividades de maior valor agregado – desde máquinas de alta tecnologia para a fabricação de celulose e papel até a produção de papel de alta qualidade. Por sua vez, o crescente uso de madeira para energia (ver Boletim 186 do WRM) amplia a demanda e abre novos espaços de investimento no setor, somando-se ao requisito de manter grandes plantações e preparar a infraestrutura necessária para que o produto final chegue ao mercado. Por outro lado, as empresas de consultoria, como a finlandesa Pöyry, estabelecida em 50 países e ativa no setor florestal-celulósico, são importantes agentes de promoção dos monocultivos industriais de árvores, reafirmando o modelo de produção a partir de monocultivos em grande escala, identificando novos mercados, formulando “planos florestais” e realizando avaliações de impacto ambiental.

De onde vêm os fundos

Em geral, os fundos necessários para levar adiante os investimentos florestais e as fábricas de celulose têm sido proporcionados pelos bancos, tanto comerciais como de desenvolvimento, através de linhas de crédito e empréstimos ou de subsídios direcionados, no caso dos bancos públicos. Segundo dados de Chris Lang (<http://chrislang.org/2007/06/30/banks-pulp-people-part-1/>), entre 2000 e 2006, as empresas de pasta de celulose e papel obtiveram 215,5 bilhões de dólares dos mercados internacionais de capital, o que significou um enorme aumento com relação ao 1,9 bilhão que aportaram os bancos de desenvolvimento ao setor entre 1990 e 2000. Por sua vez, os bancos de desenvolvimento do Sul adquiriram uma função cada vez mais central. Cabe citar o exemplo do BNDES, no Brasil, que adotou um papel proativo no apoio ao setor das “plantações florestais”, além de ter financiado a fusão de empresas

florestais para criar grandes empresas brasileiras mais competitivas no mercado mundial; neste caso, acabou se convertendo no principal acionista das empresas.

Outros atores fundamentais têm sido as agências multilaterais, como a FAO. Entre os bancos de desenvolvimento multilaterais, destacam-se o Banco Mundial e sua Corporação Financeira Internacional (CFI), o Banco Europeu de Investimento e o Banco Nórdico de Investimento (BEI e BNI), e também bancos regionais, como o Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB). Todos financiam consultorias e projetos de empresas plantadoras, como “árbitros de qualidade, função que o setor privado lhes reconhece tacitamente”, segundo um informe do Centro de Investigação Florestal (CIFOR).

Banco Mundial: um antigo grande impulsionador das plantações industriais, de cara nova

O Programa de Investimento Florestal (FIP) é um mecanismo de financiamento do Fundo Climático Estratégico (SCF) e, de forma mais ampla, dos Fundos de Investimento Climático (CIFs). Destina-se a ajudar os países do Sul para alcançar seus objetivos de REDD, fornecendo-lhes verbas. É administrado pelo Banco Mundial.

Os críticos alertam que o FIP será usado para ampliar o financiamento do Banco a projetos de plantação de árvores sob o pretexto de “aumento dos estoques de carbono” e “reflorestamento”.

Não está bem claro o que o FIP pretende com seus planos para “mais apoio do setor privado a modos de subsistência alternativos”, nem como isso pode ter impacto sobre povos indígenas e comunidades tradicionais. Muitas iniciativas anteriores relacionadas a “modos de subsistência alternativos” em florestas, apoiadas pelo Banco Mundial e o GEF, não geraram benefícios locais significativos para as comunidades e, em alguns casos, deixaram a população local em situação pior.

Embora as diretrizes operacionais do FIP tenham sido revistas para fazer referência à Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (UNDRIP), não foram incorporados critérios específicos para cumprir a declaração e/ou incluir o consentimento livre, prévio e informado dos povos indígenas afetados. Além disso, as recomendações de observadores da sociedade civil, de que as orientações do FIP cumpram os acordos ambientais e de direitos humanos internacionais relevantes, foram rejeitadas.

Fonte: página da Heinrich Böll Foundation e Overseas Development Initiative, climatefundsupupdate.org; e The World Bank's Forest Investment Programme (FIP): core elements and critical issues”, http://www.forestpeoples.org/sites/fpp/files/publication/2010/08/fipbriefingoct09eng_0.pdf

Também as verbas públicas do Norte financiam a expansão dos monocultivos de árvores através de agências bilaterais, como a agência sueca de cooperação bilateral SIDA. Vários fundos suecos de investimento têm ações na empresa florestal sueco-finlandesa Stora Enso e participam, também com a SIDA, de projetos de plantações industriais de árvores em Moçambique (ver artigo sobre Moçambique neste boletim). Outro exemplo é a Green Resources, empresa financiada por fundos públicos noruegueses, que investiu em milhares de hectares de monocultivos industriais de árvores na Uganda e Tanzânia, substituindo campos naturais para a obtenção de créditos de carbono no marco do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL). Se o conselho diretivo do MDL aprovar o projeto, a Green Resources

venderá os créditos à petroleira norueguesa Statoil. (veja http://www.wrm.org.uy/publicaciones/EJOLT_POR.pdf).

Os governos costumam ter seus interesses ligados aos projetos. Neste caso, como em outros, o interesse do país joga a favor do projeto, favorecendo às transnacionais: o governo norueguês busca obter 400.000 créditos de carbono do projeto tanzaniano, dos 6 milhões que o país deseja adquirir como parte de seu compromisso de redução de emissões de carbono na aplicação do Protocolo de Kyoto.

Novos atores financeiros

Aos investidores clássicos, somam-se os institucionais, que não pertenciam ao setor florestal, mas que recorreram a este mercado a partir das sucessivas crises econômico-financeiras que deixaram a descoberto os importantes graus de volatilidade dos mercados financeiros. Os monocultivos industriais de árvores se converteram em ativos do mercado florestal, cujos atrativos incluem sua resiliência diante das crises, além de oferecer investimentos de longo prazo relativamente seguros, dos quais se obtém uma rentabilidade considerável em comparação com o pouco risco que representam, e permitem diversificar o risco. O investimento no setor florestal, segundo dados da FAO, alcançou os 50 bilhões de dólares em 2011.

Dois grupos de investidores profissionais são os principais administradores dos benefícios econômicos dos ativos florestais:

* as organizações denominadas TIMO (sigla, em inglês, de Timber Investment Management Organizations) (ver boletins 170 e 182 do WRM), que gerenciam carteiras de investimentos florestais nas quais seus clientes – fundos de pensões, institutos de seguros e financeiros – têm acesso à propriedade da terra e seus lucros provêm da especulação em bens imóveis e da produção de madeira.

* os fundos de investimento imobiliário REIT (Real Estate Investment Trust), com uma estrutura diferente das TIMOs e com maior liquidez.

Os dois grupos facilitam aos investidores o acesso ao negócio florestal, com alcance nos países mais “produtivos” na área, entre os quais estão Brasil, Chile, Canadá, Uruguai, Austrália, Nova Zelândia e os da América Central e da Europa do Este.

Outros veículos financeiros de investimento florestal são os Fundos Negociados na Bolsa (ETF, na sigla em inglês): os investidores podem comprar ações na bolsa através desse mecanismo, com a vantagem de que têm maior liquidez, ou seja, é possível comprar e vender as ações facilmente e investir pequenas somas. Em geral, os Fundos de Capital Fixo são esquemas de investimento coletivo em que os investidores compram um número limitado de ações e recebem o capital e mais os juros, depois de um período pré-fixado.

Segundo um estudo da ONU (http://www.un.org/esa/forests/pdf/AGF_Study_July_2012.pdf), os investimentos das TIMOs em plantações florestais convertidas em ativos na América Latina e no Caribe figuram entre os maiores do setor privado. No período de 2006 a 2011, os investimentos desses fundos constituíram 12% do total dos investimentos privados no setor florestal da região, totalizando uma média de 323 milhões de dólares anuais para o período em questão.

Os fundos de pensão, através das TIMOs, adquiriram grande visibilidade no investimento florestal. O plano de previdência dos professores de Ontário (Ontario Teachers’ Pension Plan), que administra as aposentadorias de 250.000 professores ativos e aposentados e constitui o maior fundo de previdência do

Canadá, tem um investimento da ordem de 79 bilhões de dólares em ativos e 2,3 bilhões de dólares em plantações florestais.

Do total de investimentos florestais na América Latina e no Caribe, 68% foram direcionados ao Brasil, através de fundos como Cambium, Claritas, Florestal Brasil Investment, FC, Galtere, Global Forest Partners, GTF, Hancock Timber Resource Group, Phaunus, Quadris, Resources Management Services, Timber Value, Timber Group, Terra capital e o Fundo de Capital privado Brookfield. Este último, do qual participam fundos de pensão como o da polícia e dos bombeiros de Ohio (OP&F, Ohio Police and Fire Pension Fund) e o de docentes e funcionários da educação do Novo México (New Mexico Educational Retirement Board, NMERB), administra mais de 95.000 hectares de plantações de pinus e eucaliptos nos estados de Santa Catarina, Paraná, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul.

Por sua vez, o Sistema de Aposentadoria dos Funcionários Públicos da Califórnia – o maior fundo de pensões dos Estados Unidos, com mais de 245 bilhões de dólares em ativos – investiu recentemente no Brasil através do grupo investidor estadunidense Global Forest Partnership (GFP), que administra fundos de pensão em nível mundial e possui 250.508 hectares no Brasil.

O grupo também atua no Uruguai – país que recebeu 14% do total de investimentos de fundos florestais –, onde possui 140.595 hectares por meio de quatro empresas florestais (ver artigo sobre o Uruguai). A Argentina recebeu 12% dos investimentos florestais, enquanto o Chile recebeu 6%, através do fundo GMO Renewable Resources, do fundo de investimento florestal Lignum e do fundo europeu de capital privado Orion Capital.

Na região do sudeste asiático, em grande medida pelos riscos políticos e as inseguranças em matéria de posse da terra percebidos, só alguns fundos de investimento se concentram no setor florestal, segundo declarações de Andrew Steel, executivo da agência de assessoria de investimentos Treedom Investments, que afirmou que, não obstante, aumentou o interesse de importantes atores financeiros e inclusive de investidores institucionais asiáticos, como o Banco Agrícola da China nos investimentos em “plantações florestais”. Ele também comentou que sua agência está investindo no setor florestal na Tailândia e observa Indonésia, Vietnã, Índia, Laos, Malásia e Sri Lanka. Steel mencionou, além disso, a New Forests, empresa de investimentos florestais com sede em Sydney, Austrália, a empresa de investimentos de alcance mundial Global Environment Fund e a empresa estadunidense Greenwood Resources, que administra investimentos em plantações florestais, como outros investidores com fortes investimentos na região (http://www.facebook.com/permalink.php?id=160084030748846&story_fbid=326790394078208).

Novas tendências: a maquiagem verde da certificação com cara de financeira

O WRM denunciou reiteradamente que é enganosa a pretensão de que um produto obtido a partir de grandes monocultivos – sejam de eucalipto, pinus, dendezeiro, seringueira ou qualquer outro cultivo – possa ser certificado como “sustentável”, como afirma o FSC para milhões de plantações de monocultivos de árvores no mundo. Esses sistemas de certificação substancialmente negam a complexidade e os impactos inerentes a qualquer plantação implementada em grande escala e plantada em sistema de monocultivo para fins industriais. Não obstante, os novos e os velhos atores que viabilizam financeiramente as plantações se apropriaram cada vez mais desse mecanismo para “garantir” às pessoas que colocam dinheiro em seu banco ou fundo que elas estão contribuindo para o “desenvolvimento sustentável” ou a “Economia Verde” – a mesma promessa que as empresas já faziam aos compradores de seus produtos. Com isso, mais atores empresariais e financeiros continuam mantendo a fraude que é a certificação.

Enquanto, no passado, os bancos, preocupados com sua reputação, às vezes se retiravam de certos investimentos em função de denúncias de ONGs sobre os impactos gerados por uma determinada empresa, hoje as empresas se unem aos bancos e a outras instituições financeiras em iniciativas como, por exemplo, a RSPO – a Mesa Redonda do Dendê Sustentável – da qual participam 11 bancos e fundos de investimento muito importantes, por exemplo, o IFC, braço privado do Banco Mundial, os bancos privados HSBC e Rabobank e o fundo de investimento Generation Investment Management (<http://www.rspo.org/en/member/listing/category/Banks%20and%20Investors>). Este último fundo, criado por Al Gore e outros em 2004, afirma que sua abordagem aos investimentos se baseia na ideia de que os fatores de “sustentabilidade” orientarão o lucro de uma empresa no longo prazo, ao passo que problemáticas mundiais, como a mudança climática, representam “riscos e oportunidades” (ver <http://www.generationim.com/about/>). Embora duas das instituições financeiras membros de RSPO sejam do Sudeste Asiático, a maioria é de países industrializados do Norte.

A certificação segue avançando porque parece ser um bom negócio que interessa tanto às empresas da área florestal quanto às certificadoras que garantem os produtos e abrem o caminho dos negócios de uma economia hoje chamada de “verde” e “sustentável”, e agora, também serve cada vez mais às instituições financeiras.

Os Princípios para o Investimento Responsável são outra iniciativa de investidores em associação com o Programa das Nações Unidas sobre Meio Ambiente (PNUMA) e o Compacto Global da ONU. Promove-se a aplicação de seis princípios por parte dos investidores, buscando que “as questões ambientais, sociais e de governança empresarial” não afetem o rendimento das carteiras de investimento (http://www.unpri.org/signatories/signatories/#investment_managers). A iniciativa conta com a adesão de 741 administradores de investimentos, entre bancos, fundos de investimento e fundos de pensão (http://www.unpri.org/signatories/signatories/#investment_managers).

Negócios com retorno para quem?

Os movimentos massivos de dinheiro são uma manifestação de como a economia foi se convertendo em uma praça financeira, onde agentes cada vez mais poderosos são os que fazem as suas jogadas, com o objetivo último de melhorar suas ganâncias. A participação crescente de fundos de investimento no incentivo a plantações de monocultivos de árvores significa também uma participação e uma influência crescentes do capital financeiro nessa atividade, buscando maiores lucros e criando novas formas de especulação.

Na medida em que as considerações sociais e ambientais ocupam o último lugar das prioridades e são abordadas através da certificação e outras iniciativas de princípios de “sustentabilidade”, um problema que realmente pesa para os investidores é que o custo de transferir tanto dinheiro público às empresas é cada vez mais elevado. Um exemplo disso é que, em 2000, uma fábrica de celulose da Aracruz, no Brasil, custou 1 bilhão de dólares, ao passo que hoje, a nova fábrica que a Suzano projeta inaugurar no país, no estado do Maranhão, no final do ano, tem um custo de 3 bilhões. Há vários fatores que intervêm no aumento do custo dos investimentos: um deles é o aumento dos preços da terra na medida em que se aprofundou a especulação em função da crescente apropriação de terras por diferentes “grandes” projetos (agricultura industrial, mineração, megarepresas). Ao mesmo tempo, as máquinas para a fabricação de celulose são cada vez mais sofisticadas e mais produtivas, com maior incorporação de tecnologia, e portanto, também mais caras. No caso citado, a maior parte do capital inicial para esses investimentos multimilionários provém do dinheiro arrecadado dos impostos do povo brasileiro, transferido à empresa via o banco público BNDES. No entanto, muito pouco retorna para o povo. Quem perde seus territórios são comunidades rurais brasileiras e os primeiros a pagar por qualquer crise econômico-financeira são os trabalhadores das empresas, ganhando pouco e trabalhando cada vez mais, sendo terceirizados e

perdendo direitos e salários. Quem mais se beneficia de tudo isso são, certamente, investidores, acionistas e intermediários, em busca dos lucros que resultam da atividade de produção de madeira para celulose de exportação.

Nesse esquema, move-se a economia, desvirtuando inclusive o caráter social da aposentadoria dos trabalhadores, convertida em fundos especulativos anônimos, sem transparência, onde, nesse caso, nem os investidores sabem o que se faz com seu dinheiro e o que estão financiando. Por outro lado, para as comunidades e os trabalhadores das plantações e fábricas de celulose, a tendência crescente de o investimento buscar segurança certamente implicará mais repressão e perseguição, procurando proteger, a qualquer custo, os interesses de investidores anônimos e distantes.

Está aberto um novo campo de luta contra as instituições financeiras, não apenas as que são conhecidas, mas também essa gama de novos fundos financeiros de todo o tipo. Serão necessárias novas estratégias e novas alianças para pôr a vida acima do dinheiro, e não o contrário.

Fontes: (1) Investments in timberland: investors' strategies and economic perspective in Brazil; Bruno Kanieski da Silva, Piracicaba 2013; (2) "Agentes Empresariales del Agronegocio, Uruguay Informe 2012", Redes Amigos de la Tierra e Uruguay Sustentable, <http://www.redes.org.uy/wp-content/uploads/2013/03/Agentes-Agronegocio-Baja.pdf>; (3) "La Inversión Extranjera Directa en América Latina y el Caribe", CEPAL, <http://www.cepal.org/publicaciones/xml/5/49845/LaInversionExtranjeraDirectaDoclin2012.pdf>; (4) "Um panorama das plantações industriais de árvores no Sul global. Conflitos, tendências e lutas de resistência", Relatório EJOLT No. 03; contribuições de Winfridus Overbeek (WRM), Markus Kröger (Universidad de Helsinki) e Julien-François Gerber, junho de 2012, http://www.wrm.org.uy/publicaciones/EJOLT_POR.pdf; (5) Financing forest plantations in Latin America: Government incentives, Kari Keipi, FAO, www.fao.org/docrep/w3247e/w3247e0b.htm; (6) 2012 Study on Forest Financing, Advisory Group on Finance Collaborative Partnership on Forests, junho de 2012, http://www.un.org/esa/forests/pdf/AGF_Study_July_2012.pdf; (7) "Financing sustainable forest management", Marco Boscolo, Adrian Whiteman, do Serviço de Políticas Florestais da FAO, junto com Herman Savenije e Kees van Dijk, <http://www.fao.org/forestry/16559-0325ac13168b9c3d84d0279e2f8adc798.pdf>; (8) "Five minutes with Andrew Steel", PE Asia Perspective, http://www.facebook.com/permalink.php?id=160084030748846&story_fbid=326790394078208

Início

- "Dragões de papel": Empresas de plantação de madeira e credores na Indonésia

O surgimento de "Dragões do Papel"

No jargão de negócios da Indonésia, a palavra "dragão" é o símbolo de sucesso e grandeza do reino dos negócios de uma família ou um grupo empresarial. O termo costumava ser muito usado durante o regime do falecido presidente Suharto, que ajudou no surgimento de alguns gigantes empresariais integrados verticalmente e relacionados aos recursos naturais, entre outros, Sinar Mas Group, Radja Garuda Mas Group, Barito Pacific Group, Kalimantan Group, Astra Group, Salim Group, Lippo Group, para citar alguns. Quase todos têm algum negócio relacionado à terra, incluindo plantações de madeira, as chamadas Hutan Tanaman Industri (HTI) na Indonésia.

Quando a HTI, ou plantação de madeira, foi introduzida como modelo de gestão florestal na década de 1980, dizia-se que representava um modelo de negócio que reabilitaria florestas degradadas por meio de concessões madeireiras (HPH). Os fatos, porém, mostram que foram concedidas licenças para plantação de madeira em áreas de antigas HPH que ainda continham um potencial enorme para extração de madeira. Assim, os chamados “dragões” estavam avançando em um caminho projetado equivocadamente desde o início. Ao longo dos anos, a concretização média das plantações nunca excedeu os 50% daquilo que deveria ter sido feito em termos das licenças de plantio concedidas.

Apenas alguns “dragões” estão envolvidos no negócio de plantação de madeira, a saber, o Sinar Mas Group, o Radja Garuda Mas Group, Kiani Kertas, Barito Pacific e o Kalimantan Group. Outros grupos não são tão grandes e “bem gerenciados”. O Sinar Mas Group e o Radja Garuda Mas Group têm uma divisão especial para executar o negócio. O Sinar Mas Group é conhecido por ter a Sinar Mas Florestal (SMF) para executar seus negócios imobiliários e a Asia Pulp and Paper (APP) para gerenciar as usinas. O Radja Garuda Mas Group é famoso por suas empresas ABRIL e RAPP. O Barito Pacific Group também é conhecido por suas concessões de plantações de madeira, PT IFA e PT Tanjung Enim Lestari (PT TEL), em conjunto com a Marubeni Corporation e a Nippon Paper Company no negócio de papel da província de Sumatra do Sul.

Além de obter o apoio do regime de Suharto, principalmente através da facilidade de licenciamento, do Fundo de Reflorestamento e da alocação de concessões em florestas de madeira, o negócio dos dragões no setor de plantação de madeira foi apoiado por dezenas de financiadores europeus, tais como Nordea (Dinamarca/Suécia), Bankgesellschaft Berlim, Bayerische Landesbank, IKB Deutsche Industriebank, Norddeutsche Landesbank (todos da Alemanha), Credit Suisse (Suíça), ING, Fortis, Rabobank, ABN Amro (todos da Holanda) e Barclays (Reino Unido). O apoio também veio de agências de crédito à exportação (ECA), como a Hermess, da Alemanha. O Banco Mundial, através de uma de suas agências – Agência Multilateral de Garantia de Investimentos (MIGA) – no início de 2000, também demonstrou interesse no negócio de papel e celulose. Tinha a intenção de dar apoio empresarial seguro para a United Fibre System (UFS), que pretendia estabelecer uma fábrica gigante de celulose na província de Kalimantan do Sul. O projeto, no entanto, não foi realizado até o momento, devido à forte oposição de organizações da sociedade civil.

A aparente derrota dos “Dragões de Papel”

A força dos Dragões, com todos os privilégios que tinham, não significa necessariamente que sempre tenham sobrevivido no negócio. O público provavelmente se esqueceu de que, em 1997, quando a Indonésia foi tomada pelas crises econômicas mundiais, os dragões também sofreram muito. O Radja Garuda Mas Group estava passando por momentos difíceis, com seu 1,4 bilhão de dólares em dívidas, enquanto o Asia Pulp & Paper (APP) lutava arduamente para pagar as suas, de 1,2 milhão. Mas eles eram grandes demais para falir na indústria madeireira.

A maioria dos dragões haviam estabelecido um banco sob seu controle. O Sinar Mas Group criou o Bank International Indonesia (BII), o Radja Garuda Mas Group controlava o Uni Bank e o Kalimantan Group era dono do Bank Umum Nasional (BUN). Todos esses bancos foram à falência e exacerbaram a contração econômica do país. Para resolver isso, o governo da Indonésia criou um sistema bancário chamado Bank Indonesia Liquidity Support (BLBI), desembolsando 144,54 trilhões de rúpias indonésias (IDR).

A facilidade, no entanto, nada pode fazer para salvar os bancos pertencentes aos dragões, e inclusive levou a enormes empréstimos não pagos, à medida que essas corporações gigantes canalizavam a ajuda às suas próprias empresas. Esses gigantes florestais tiveram cerca de 28 trilhões de rúpias em empréstimos não pagos.

Porém, a situação não durou muito tempo. Após cerca de três anos, os Dragões se re-ergueram, com um poder econômico inclusive maior. A Bolsa de Valores de Jacarta (BEJ) mostrou que, antes das crises econômicas, esses gigantes econômicos controlavam cerca de 38% dos ativos econômicos nacionais, mas, depois dessas crises, sua influência foi ainda maior, atingindo 52%. As crises, que ocorreram simultaneamente à transição política, acabaram por não ser fortes o suficiente para derrubar o poder econômico desses Dragões do Papel. Não apenas os seus ativos econômicos cresceram, como o Ministério das Florestas também estava convencido de que o negócio florestal forte e com futuro era o setor de plantio de madeira. Este, por sua vez, estimulou o governo a dar apoio político à expansão da indústria de plantação da madeira após as crises econômicas.

O poder dos velhos “Dragões do Papel” e o surgimento de novos “Dragões”

As crises econômicas de 1997-1998, que também tiveram impactos sobre o setor florestal, fortaleceram a confiança dos burocratas florestais de que o setor de plantações de madeira (HTI) era sólido, forte e com boas perspectivas. Desde o início de 2000, o Ministério das Florestas esteve determinado a acelerar o crescimento do setor promovendo a melhoria da qualidade das plantas, ampliando as concessões e convidando os investimentos no setor florestal de insumos ou de produtos e o aumento da capacidade das fábricas. Antigas concessões para extração de madeira (HPH) foram transformadas em concessões para plantações de madeira (HTI) através de leilões ou de transferência de gestão. À medida que o setor de plantação de madeira cresce, novas usinas devem ser criadas e a capacidade das antigas, aumentada.

O Sinar Mas Group (SMG), através de sua divisão florestal Sinar Mas Florestal (SMF), expandiu-se maciçamente. Na província de Jambi, a SMF ampliou a concessão de sua empresa local PT Wira Karya Shakti (PT WKS) em 60 mil hectares. Além disso, uniu-se à PT Rimba Hutani Mas RHM (PT) e à PT Tebo de Multi Agro (PT TMA), dando à SMF o controle total da concessão de 360 mil hectares na província de Jambi.

Além de Jambi, a SMF também expandiu suas concessões nas províncias de Kalimantan Oriental e Ocidental. Nesta, assumiu a plantação de madeira da PT Finnantara Intiga, e na primeira, da PT Surya Hutani Jaya, PT ITCI e Balikpapan Forest Industry (PT BFI). No sul da província de Sumatra, eles também têm agido com intensidade, tendo atualmente o controle total de cinco concessões: PT Bumi Mekar Hijau (PT BMH), PT Sebangun Bumi Andalas (SBA Wood), PT Bumi Andalas Permai (PT BAP), PT Bumi Persada Permai PT BPP e PT Rimba Hutani Mas (PT RHM). Com essa ação, a SMF foi se tornando um “dragão” da plantação de madeira, controlando concessões de mais de 1 milhão de hectares.

O Sinar Mas Group, através de sua divisão de papel e celulose, APP (Asia Pulp and Paper), causou um rebuliço, em meados de 2012, ao declarar que iria montar uma fábrica de celulose no distrito de OKI, na província de Sumatra do Sul. Sob o nome de PT OKI Pulp and Paper Mills, a usina vai produzir 2 milhões de toneladas anuais de celulose. O investimento inicial é de 3 bilhões de dólares. De acordo com a Badan Koordinasi Penanaman Modal Indonesia (o Conselho de Coordenação de Investimentos da Indonésia), todo o capital da empresa vem de fontes externas, ou seja, 99% da PT Muba Green Indonésia (Singapura) e 1% da Green Unity Holding Pte, Ltd (Cingapura).

O Radja Garuda Mas Group (Grupo RGM) nunca esteve ocioso; não apenas ampliou suas concessões, como também desenvolveu uma parceria com algumas empresas locais para garantir o abastecimento de matérias primas. A PT Sumatra Sylva Lestari (PT SSL) é uma das empresas locais que tem parceria com o grupo.

Além desses dois “dragões” gigantes no setor de plantio de madeira, existem outros “dragões” no setor, tanto os ressuscitados quanto os recém-chegados. A subsidiária do Korindo Group, a PT Korintiga Hutani,

controla mais de 95 mil hectares de concessões de plantações de madeira em dois distritos da província de Kalimantan Central. Na província de Jambi, o Barito Pacific Group reativou sua empresa de plantação de madeira sob outro nome, a PT LAJ. O grupo AMS, que não tem experiência no negócio florestal, fez algum investimento no setor de plantações de madeira sob o nome de PT AAS (Agronusa Alam Sejahtera). A PT AAS não produz papel nem celulose, mas matérias-primas para móveis, para fins de exportação.

No extremo oriental da Indonésia, as plantações de madeira são expandidas maciçamente pelo Medco Group, uma empresa cuja base é energia. Através do programa nacional chamado Merauke Integrated Food and Energy Estate (MIFEE), está cooperando com uma corporação sul-coreana para desenvolver uma matéria-prima de energia alternativa chamada “pellet” (granulado), que é feita de madeira (a partir de plantações de madeira), projetada para substituir o combustível fóssil (veja Boletim 186 do WRM).

Até agora, pode-se observar que a expansão do setor de plantio de madeira, com toda a indústria que decorre dele, tem se desenvolvido maciçamente, apoiado por políticas da Indonésia, do mercado global e de corporações internacionais. O setor de plantação de madeira é integrado não só à indústria de celulose e papel, mas também à de energia não fóssil e à de carbono. A situação vai abrir mais espaço para as empresas se envolverem no setor de plantação de madeira e apoiar a tendência de consumo global, à custa da demolição das aldeias locais.

Rivani Noor, Diretor-Executivo da Yayasan CAPP-ecological Justice, também membro do Conselho Yayasan Setara-Jambi e do Grupo de Trabalho Indonésia da Siemenpuu Foundation-Finlândia, e-mail: rivani@cappa.or.id

Início

- Moçambique: plantações industriais de árvores prometem lucros para investidores, deixando impactos negativos para comunidades camponesas

A cifra oficial da área de plantações industriais de monocultivos de árvores em Moçambique é de 62 mil hectares em 2010, conforme a FAO, a organização da ONU para agricultura e alimentação. No entanto, Moçambique está na mira de financiadores que querem multiplicar esta área várias vezes. Vindos da Europa, Estados Unidos, Brasil e África do Sul, eles pretendem financiar uma ampliação para cerca de 1,4 milhão de hectares, sobretudo com eucaliptos e pinus, mas também com dendê, conforme um estudo sobre a concentração de terras (land grabbing) no país, realizado pela organização camponesa UNAC e a Justiça Ambiental/Amigos da Terra Moçambique em 2011. (1)

Para orientar investidores, a Poyry, empresa finlandesa de consultoria “florestal”, afirmou em 2011 que existe um interesse crescente de investidores no continente africano porque há terras disponíveis, a mão de obra é barata e as árvores crescem de forma competitivamente rápida. A consultora afirma ainda que as plantações podem servir para atender à crescente demanda de biomassa para energia na Europa, mas também abastecer mercados de celulose e madeira na Ásia e servir para desenvolver mercados locais. Segundo a Pöyry, são todas “oportunidades atrativas para investidores florestais”. A empresa avisa ainda que, pelo valor de 7 mil libras, cerca de 11 mil dólares, potenciais investidores podem adquirir o estudo completo com informações detalhadas de 24 países, inclusive Moçambique. (2)

Dos países nórdicos da Europa – Noruega, Suécia e Finlândia –, com grandes empresas no setor de plantações de árvores e na indústria de processamento da madeira, está vindo uma boa parte dos investimentos em plantações para Moçambique, através de empresas e fundos. Por exemplo, a empresa norueguesa Green Resources – “Recursos Verdes” – promete investir em cerca de 180 mil ha de plantações de pinus e eucaliptos, através de plantios próprios e de terceiros, com fins diversos, inclusive para “armazenar e vender carbono” através de mecanismos como MDL e REDD, nas províncias de Nampula, Cabo Delgado e Niassa. A estratégia é garantir um lucro máximo e de longo prazo a seus acionistas, prometendo margens de lucro superiores às prometidas por outros investidores. Entre os acionistas da Green Resources, a empresa de investimentos estadunidense Phaunos Timber é o principal, com 29,5% (3). A Phaunos Timber detém em torno de 0,519 bilhão de dólares em títulos de investimentos em diferentes empresas com atividades relacionadas a madeira e plantações florestais, chamados, em inglês, de investimentos do tipo “timberland” (4 e 5). O outro investidor principal na Green Resources também é um fundo de investimentos chamado NewAfrica Ltd., com 20.7%; além disso, há outros investidores com menor participação acionária, vindos da Europa, por exemplo, uma das principais empresas de seguros da Noruega, a Storebrand.

O interesse nórdico em Moçambique se expressa também através do Global Solidarity Forest Fund (GSFF), um fundo de investimento com sede na Suécia e que conta com recursos da Igreja Luterana da Suécia e da Igreja Luterana da Noruega, através da chamada Norwegian Lutheran Church Endowment (OVF). Outro investidor na GSFF é o fundo de pensão holandês para funcionários públicos e o setor de educação, a ABP. Este fundo de pensão é um dos três maiores do mundo e entrou no negócio de plantações em Moçambique afirmando que: “Fizemos este investimento [no GSFF] pelo potencial de retornos atrativos”, ou seja, pelos lucros que podem ser obtidos. Este Fundo detém um volume de ativos total de nada menos do que US\$ 362 bilhões (6).

Também há empresas de outros países atuando, como a New Forest Company (NFC) do Reino Unido, que investiu em Moçambique através da Fundação Malonda, uma agência estatal do governo Moçambicano que busca fomentar o desenvolvimento rural na província de Niassa, dando atenção especial à expansão das plantações e tendo estabelecido diferentes empresas como a Chikweti. O projeto é plantar 40 mil ha de monocultivos de árvores, dos quais 3.200 ha foram de fato plantados entre 2007 e março de 2011. Esta empresa também oferece “lucros atrativos” para seus investidores. (7) De acordo com a OXFAM, a NFC tem atraído investidores como o Banco Europeu de Investimentos e a Agri-Vie, esta última, um fundo de investimentos voltado ao agronegócio com foco na África. Entre outros, a Agri-Vie conta com recursos do IFC, o braço do Banco Mundial para financiar o setor privado, e do Banco transnacional HSBC. (8) Da vizinha África do Sul, com grandes empresas no setor de plantações industriais de árvores, chegou a Komatiland Forests Ltd, que comprou 80% da iniciativa estatal IFLOMA em Manica, em 2004, conforme a empresa, uma localização considerada ideal para servir o mercado sul-africano, apesar de que também aponta Zimbábue e Moçambique como potenciais mercados. (9)

Há alguns investimentos previstos também na monocultura de dendê, por exemplo, da Medenergy Global, uma empresa com sede no Reino Unido, mas que pertence a uma família italiana que fez fortuna no setor de energia, com um projeto de 10 mil ha na província de Cabo Delgado (1), enquanto um projeto anunciado em 2011 pela transnacional VALE, do Brasil, e a EMBRAPA, a empresa estatal brasileira de pesquisa na área agrícola, pretende plantar 30 mil ha de dendê no país (10). A VALE, uma das principais empresas de mineração do mundo, já está envolvida em plantações de dendê no Brasil com o objetivo de produzir combustível “verde” para seus trens que carregam o minério de ferro no Pará, na Amazônia, para os portos de exportação.

Por último, a SIDA, a agência Sueca de cooperação internacional para o desenvolvimento, também tem

financiado a Fundação Malonda, em Niassa, visando incentivar as plantações de árvores. Niassa é, sem dúvida, uma das províncias mais visadas para a expansão das plantações nos anos recentes. A expansão de pinus e eucalipto nesta região já têm causado diversos impactos negativos, sobretudo conflitos pela terra entre as comunidades e empresas como a Chikweti, que se apropriaram de áreas indispensáveis para a produção de alimentos dessas comunidades. Portanto, a expansão das plantações causa ameaças à soberania alimentar e tende a aumentar as desigualdades da região em um país onde 64% da população são rurais e 55% vivem abaixo da linha de pobreza; há, também, conflitos entre trabalhadores e empresas em relação às condições de trabalho.

Conforme afirma a SIDA, o país é um dos principais para sua cooperação internacional, devido ao “trabalho metódico do governo de Moçambique em relação ao combate à pobreza”. (11) No entanto, organizações como a de camponesas e camponeses moçambicanos, UNAC, têm denunciado que os investimentos em plantações de árvores em grande escala tendem a causar exatamente o contrário: o aumento da pobreza. Enquanto, na Suécia, o setor de plantações para produção de madeira para celulose/papel e outros usos se tornou um dos principais setores da economia, em Moçambique, conforme afirma a UNAC na sua última assembleia, este tipo de investimento pode ter um efeito muito diferente: “A insistência e incidência do Governo por mega projectos vai beneficiar, desproporcionalmente, os grandes poderes corporativos transnacionais, pondo em causa a essência da nossa vida como camponeses. Algumas pessoas e determinadas instituições confundem que os mega projectos vão reduzir a pobreza, mas a UNAC entende que enquanto os rendimentos dos mesmos não resultarem numa distribuição nacional equitativa da renda, com vista a dinamizar outros sectores como a agricultura familiar (produção de alimentos), o efeito poderá ser precisamente o contrário, pois os mega projectos poderão alienar e aprofundar a precarização dos camponeses”. (12)

Esta breve descrição do financiamento para plantações em Moçambique mostra que existe uma grande participação de diversos tipos de fundos de investimento, de forma direta – e indireta – que, com autorização do governo Moçambicano, vêm aplicando milhões de dólares e euros em aquisição de terras e plantio de monoculturas de árvores no país. No entanto, é preciso um diagnóstico mais detalhado para saber com precisão quais são exatamente esses fundos, quem está por trás e como operam. O que é possível concluir e o que une todos os investidores é a busca por “retornos atrativos”, ou seja, a perspectiva de lucros, o motivo principal para os investidores se envolverem nos projetos, e a mensagem e a promessa principais que a empresa de consultoria finlandesa Pöyry faz a todos eles.

No entanto, para o povo Moçambicano do campo, que em nenhum momento é consultado sobre se quer ou não esse tipo de investimento que está aumentando a área ocupada por plantações de monoculturas de árvores no entorno das suas comunidades, essa expansão tem resultado, na prática – por exemplo, em Niassa – em uma série de impactos negativos muito graves. Como prevê também a UNAC, mais expansão das plantações em grande escala promete dificultar ainda mais a luta árdua das camponesas e dos camponeses moçambicanos pela sobrevivência.

Fontes: (1) <http://www.unac.org.mz/index.php/publicacoes/35-os-senhores-da-terra-analise-preliminar-do-fenomeno-de-usurpacao-de-terra-em-mocambique> ; (2) <http://www.poyry.co.uk/sites/www.poyry.co.uk/files/162.pdf> e http://www.poyry.com/sites/default/files/imce/files/africanplantationforestry_-_june2011-lfwp-br.pdf; (3) <http://www.greenresources.no> ; (4) <http://www.phaunostimber.com/profile.html> ; (5) <http://www.wrm.org.uy/boletim/182/opiniao.html> ; (6) http://www.wrm.org.uy/publicaciones/EJOLT_POR.pdf ; e http://en.wikipedia.org/wiki/Stichting_Pensioenfonds_ABP (7) <http://www.newforests.net/>; (8) <http://www.oxfam.org/en/grow/policy/new-forests-company-and-its-uganda-plantations-oxfam-case-study>; (9) http://www.safcol.co.za/index.php?option=com_content&view=article&id=41&Itemid=13; (10)

- Uruguai: novos fundos para plantações industriais de árvores

Recentemente, soube-se que o consórcio Montes del Plata, formado pela empresa papeleira sueco-finlandesa Stora Enso e a chilena Arauco, vendeu 45.000 hectares ao administrador de fundos de investimento estadunidense GMO, em sua maioria com plantações de árvores, situados nos departamentos de Tacuarembó e Rivera (1).

O grupo GMO, com sede em Boston, administra distintos tipos de fundos de investimento pelo equivalente a 110 bilhões de dólares, entre eles concessões, fundos de pensão, fundos públicos, fundações e instituições culturais, assim como fundos de investimento em dívida e ações. Sua subsidiária Renewable Resources se concentra na administração de investimentos em plantações de árvores. No Uruguai, a GMO Renewable Resources controlava 37.000 hectares (dados da Agenda Florestal 2009, da consultora especializada Rosario Pou & Asociados) com plantações de árvores nos departamentos de Rivera, Tacuarembó e Cerro Largo.

O motivo da venda à GMO seria que as plantações de Montes del Plata estão longe da fábrica de celulose que o consórcio está terminando de construir na localidade de Conchillas, departamento de Colonia. Segundo afirmam testas-de-ferro da empresa, os custos de transporte inviabilizam seguir produzindo a matéria-prima a essa distância.

Embora já existissem no Uruguai fundos de pensão nacionais que haviam investido em plantações de árvores, como foi o caso da Caja de Jubilaciones y Pensiones Bancarias, da Caja de Profesionales Universitarios e da Caja de Jubilaciones y Pensiones Notariales, recentemente, chegaram a esse setor fundos de pensão estrangeiros dispostos a investir no setor florestal em médio e longo prazos.

É o caso do fundo de pensões dos bombeiros estadunidenses Dallas Police & Fire Pension Fund, administrados pela empresa Regions Timberland Group (RTG), fundada em 1981 em Atlanta, Georgia, Estados Unidos, uma empresa pioneira em investimentos em plantações de árvores para investidores institucionais, que opera como unidade comercial do banco Regions Bank, com sede em Atlanta. O grupo iniciou suas atividades no Uruguai em 2005, com a criação do fundo de investimentos Southern Cone Timber LLC e a constituição da Taurion S.A. Posteriormente, agregou o manejo de campos de propriedade dos fundos de investimento Criollo Madera (Monte Fresnos S.A) e Bosques del Sur (Ponte Tresa S.A). A RTG também tem registradas no Uruguai as firmas Monte Fresnos S.A e Ponte Tresa S.A. e criou os fundos de investimento Criollo Madera e Bosques del Sur. Segundo consta no Plano Geral de Gestão da RTG, a produção madeireira de suas empresas está destinada a polpa de celulose, serragem, energia e outros fins, tanto para exportação quanto para o mercado interno. (2)

O All Pensions Group (Apg), um dos maiores administradores de fundos de pensão do mundo, tem um fundo florestal e também atua no Uruguai.

Segundo dados coletados pela REDES Amigos da Terra (3), a Global Forest Partners (GFP) é um grupo investidor dos Estados Unidos que administra fundos de pensão em nível global. No Uruguai, é proprietário de quatro empresas florestais: Forestal el Arriero (com 26.000 hectares), Forestal Oro Verde (com 50.000 hectares), Forestal Tekoayhu (com 50.000 hectares) e Forestal Tierra Verde (com 14.000

hectares). O patrimônio de terras desse grupo investidor no Uruguai totaliza 140.595 hectares.

Outros atores que adquiriram importância no Uruguai como investidores do setor de monocultivos de árvores são os chamados fundos florestais. Segundo o referido relatório, entre esses fundos está o Forestal Atlántico Sur, um fundo de investimentos em plantações de árvores que surgiu como empresa mista de capitais chilenos (Forestal del Sur) e uruguaios (Peter Lyford-Pyke). Começou a operar no Uruguai em 2006, especializando-se em atividades comerciais com fins de exportação de madeira em cavacos para a produção de pasta de celulose. No fim de 2012, o FAS comprou 30.000 hectares de terras na região sudeste do país e as instalações da empresa espanhola ENCE no Uruguai.

Segundo indicam os interessados, o mercado uruguaio lhes convém, embora, às vezes, “a legislação mude” em matéria de tributação do setor, fazendo alusão à aprovação de um Imposto sobre a Concentração de Imóveis Rurais, que depois foi derrubado e substituído pelo Imposto sobre Patrimônio.

Criando um clima favorável a investimentos estrangeiros

O clima de tratamento de investimentos estrangeiros em igualdade de oportunidades com os nacionais promoveu não apenas a instalação das principais empresas de monocultivos de árvores do mundo, mas também de vários fundos de investimento, como GMO, RMK, GFP, FAS, entre outros. Algumas das medidas que favorecem o investimento estrangeiro em florestamento são:

** Entre 20% e 100% do montante investido podem ser descontados do Imposto de Renda, segundo a tipificação do projeto.*

** O imposto de renda é de 25%.*

** Desconta-se do Imposto sobre o Patrimônio os bens móveis do ativo fixo e obras civis.*

** Desconta-se o IVA das compras de materiais e serviços para as obras.*

** Isenta-se de impostos a importação de bens móveis de ativo fixo, declarados não competitivos para a indústria nacional.*

Fonte: “Uruguay. Información sobre sector forestal e inversiones”, março de 2013, Rosario Pou & Asociados, <http://www.uruguayforestal.com/informes/uruguay.pdf>

Em termos gerais, considera-se que investir no país é benéfico porque ele é politicamente estável, com uma elevada taxa de alfabetização e baixo grau de criminalidade, além de as plantações se estabelecerem sobre campos, não entrando em conflito com as florestas (4).

Não obstante, esta última consideração ignora que as plantações florestais industriais estão afetando justamente o principal ecossistema do país – o Pampa –, base de seu sistema produtivo, e que os monocultivos de árvores de rápido crescimento, situados em zonas de recarga de aquíferos e nascentes de rios, põem em risco as fontes de água, como, por exemplo, o caso do rio Santa Lucía, que abastece de água potável Montevideu e sua região metropolitana.

Mas o que pressupõe esse tipo de investimento? Em primeiro lugar, que chegam novos atores para engrossar as fileiras não apenas da indústria florestal e celulósica, mas também das outras empresas a que se vinculam os monocultivos industriais de árvores, transferindo mais e mais dinheiro à expansão dos

monocultivos de árvores, à custa das vidas e do futuro de comunidades e ecossistemas. Por outro lado, esses novos fundos de investidores anônimos – em alguns casos, inclusive alheios ao destino de suas contribuições e economias, coletadas em fundos privados que foram desarticulando paulatinamente o caráter social dos mesmos – somam-se aos grandes atores financeiros que aprofundam a mercantilização da natureza, convertendo-a em um mercado cada vez más especulativo, concentrado e gerador de injustiças e desigualdades. As lutas das comunidades locais por conservar seus territórios, seus meios de vida, sua identidade e seu futuro devem fazer frente a um adversário inacessível e sem rosto. E esse é um desafio novo, frente ao avanço das plantações industriais de árvores que já cobre mais de um milhão de hectares de solo uruguaio.

Elizabeth Díaz, Grupo Guayubira, info@guayubira.org.uy, <http://www.guayubira.org.uy/>

(1) “Fondo de EE.UU. compró campos a Montes del Plata por unos US\$ 140:”, Fabián Tiscornia, El País, <http://www.elpais.com.uy/economia/noticias/fondo-ee-uu-compro-campos-montes-plata.html>

(2) http://www.regionstimberland.com/pdfs/RMK_Management_Plan-Spanish.pdf

(3) “Agentes Empresariales del Agronegocio, Uruguay Informe 2012”, Redes Amigos de la Tierra e Uruguay Sustentable, <http://www.redes.org.uy/wp-content/uploads/2013/03/Agentes-Agronegocio-Baja.pdf>

(4) “MK Timberland Sets Sights On Brazil”, Institutional Investors, <http://www.institutionalinvestor.com/Popups/PrintArticle.aspx?ArticleID=1048017>

[Inicio](#)

UMA FERRAMENTA PARA AS COMUNIDADES

- O monocultivo de dendê: 12 Respostas para 12 Mentiras

Tratando das afirmações feitas pela indústria do dendê para “vender” suas plantações industriais, o Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM) produziu uma nova cartilha que está disponível em http://wrm.org.uy/publicaciones/12_respostas_para_12_mentiras_sobre_dende.pdf

O documento tem como objetivo fortalecer as lutas de todos aqueles que se opõem às plantações de dendezeiros em grande escala no Sul global. Depois de se expandir durante décadas na Indonésia e na Malásia, grandes expansões vêm ocorrendo mais recentemente nas áreas rurais de países da África e América Latina. Essas expansões de plantações industriais de dendê prejudicam, mais uma vez, o modo de vida das comunidades rurais, bem como suas propostas sobre como usar a terra de forma a melhorar seu bem-estar. A iniciativa de mostrar as mentiras por detrás das afirmações da indústria do dendê se soma a esforços para desconstruir um modelo de produção, comercialização e consumo que é social e ambientalmente destrutivo.

A cartilha trata de doze mentiras, quais sejam:

*** As empresas de dendê usam terra de regiões remotas ou áreas não efetivamente utilizadas, ou as chamadas terras marginais.**

Entretanto, a fertilidade do solo e a disponibilidade de água são fatores fundamentais que determinam onde essas empresas vão estabelecer suas plantações. Assim, as terras usadas para agricultura e pecuária, e mesmo as florestas, são ocupadas por plantações de dendê.

*** A indenização paga às pessoas por perderem o acesso à terra é adequada.**

Muitas pessoas no Sul global têm direitos consuetudinários à terra que usam e na qual vivem há muitas gerações. Quando perdem o acesso à terra como resultado do estabelecimento de uma grande plantação de dendê, as regras estabelecidas pelo governo nacional para calcular essa “indenização” costumam excluir terras sob uso consuetudinário. Portanto, na maioria dos casos, as pessoas não recebem qualquer indenização ou recebem quantias muito baixas, e, às vezes, apenas pelos cultivos feitos em parte do território usado pela comunidade.

*** A indústria do dendê contribui para a segurança alimentar.**

Comunidades rurais da Malásia e da Indonésia podem afirmar o contrário. Além da simples perda da terra, ocorre diminuição da produção local de alimentos quando os povos indígenas e camponeses param de produzir para os mercados locais, porque começam a trabalhar para empresas de dendê e não têm tempo de fazê-lo em suas terras. Além disso, é comum o aumento dos preços dos alimentos básicos, ligado a uma tendência mais geral de especulação. Estas são algumas das tendências que prejudicam as condições de vida e, portanto, a segurança alimentar e a soberania alimentar geral de milhares de comunidades rurais, onde as empresas de dendê foram expandindo suas plantações.

*** As plantações de dendezeiros têm uma necessidade mínima de água e de insumos químicos.**

Até onde pode ser “mínimo” o impacto de uma grande plantação para os habitantes locais? As plantações de dendezeiros costumam cobrir milhares e milhares de hectares, e as “necessidades mínimas” se transformam em grandes quantidades de agrotóxicos e fertilizantes, aplicados para garantir a alta produção que essas empresas buscam. Juntamente com os efluentes das fábricas onde o dendê é processado para se obter o óleo bruto, pesticidas e fertilizantes também poluem rios e córregos usados pelas pessoas para obter água potável, tomar banho e lavar roupa.

*** As plantações de dendezeiros preservam o meio ambiente e contribuem para a redução do aquecimento global.**

Como podem conhecidas causadoras de desmatamento contribuir para reduzir o aquecimento global? Indonésia e Malásia, onde está localizada a maioria das plantações de óleo de dendê do mundo, são evidências da destruição das florestas por plantações de dendezeiros, enquanto o mesmo está acontecendo na África e na América Latina, com sua crescente expansão.

*** As empresas dizem se comprometer a ouvir as comunidades que serão ou já são afetadas pelas plantações de dendezeiros, e atender as suas demandas.**

Projetos implementados de cima para baixo, deixando sem opção de dizer não, pressões, promessas de empregos e/ou algum projeto social são algumas das estratégias das empresas. Quando estas fazem contato com as comunidades, é comum virem para informá-las sobre seus planos, para que essas comunidades não os atrapalhem, e sim os apoiem.

*** As plantações de dendezeiros criam muitos postos de trabalho e, assim, contribuem para o emprego na região.**

Os empregos nas plantações de dendê geralmente são mal pagos e é comum que os trabalhadores sejam como diaristas, sem contrato nem qualquer outro benefício. Em alguns países, a terceirização de mão de obra é uma forma de se furta às obrigações sociais legais, enquanto também é uma ferramenta antissindical que promove o trabalho informal e precário. Além disso, os trabalhadores têm que realizar atividades perigosas como a aplicação de agrotóxicos, com graves impactos negativos sobre a saúde, muitas vezes sem acesso a equipamentos de segurança. As comunidades reclamam de que a maioria dos empregos é oferecida nos primeiros anos, quando as plantações de dendezeiros são estabelecidas, e que depois, restam alguns postos de trabalho. No caso das trabalhadoras, além de enfrentar uma carga dupla de trabalho, também é comum o assédio por capatazes ou guardas de segurança das empresas.

*** Envolver os agricultores na plantação de dendê nas regiões de expansão oferece benefícios adicionais e é uma excelente alternativa para eles.**

No caso dos pequenos produtores, como na Indonésia, eles raramente são consultados sobre o projeto de dendê pelo qual, por um lado, são forçados a abandonar suas terras tradicionais, incluindo áreas florestais das quais muitas vezes dependem de muitas maneiras, e por outro lado, recebem em troca um terreno de 2 hectares de dendê com uma espécie de “título de propriedade”. Além de assumirem uma dívida para estabelecer as plantações – a qual eles muitas vezes têm dificuldades de pagar – isso significa uma violação dos seus direitos consuetudinários e muitas vezes resulta em conflitos, dos quais, atualmente, há centenas na Indonésia.

*** As plantações de dendezeiros melhoram a prestação de serviços básicos aos moradores (estradas, clínicas, escolas).**

Embora muitas vezes as empresas de dendê criem uma rede de estradas ao longo das plantações, seu desenho visa principalmente facilitar o transporte dos frutos colhidos. Portanto, a estrada pode beneficiar as comunidades ou prejudicá-las, por exemplo, quando a empresa muda o curso das estradas usadas tradicionalmente pelas comunidades. Quando se trata de construir e oferecer escolas e serviços de saúde, as comunidades frequentemente se queixam de que essas promessas são atrasadas ou não são cumpridas.

No final das contas, a empresa se beneficia muito mais das medidas do governo para “ajudá-las” – recebendo concessões por preços baixos ou inexistentes, e outras vantagens, tais como incentivos fiscais, subsídios, empréstimos com taxas de juros baixas, etc – do que as comunidades se beneficiam de iniciativas da empresa para apoiá-las.

*** Empresas de dendê contribuem para o desenvolvimento sustentável dos países.**

Índia e China são os principais importadores mundiais de óleo de dendê, seguidos pela União Europeia. No entanto, a Europa continua a ser, de longe, o maior consumidor per capita de óleo de dendê e óleo vegetal em geral, devido ao seu padrão de consumo excessivo, que inclui o uso de óleo de dendê em uma grande variedade de diferentes produtos de supermercado, ao contrário da China e da Índia, onde grande parte está relacionada a usos básicos de cozinha. A atual expansão das plantações de dendezeiros na África e também na América Latina está mais relacionada ao suprimento de mercados externos como a União Europeia (UE), onde acontece o refino do óleo bruto e sua transformação em produtos finais. Os empregos e a riqueza criados em torno dessas atividades não beneficiam as pessoas nos países produtores.

*** A indústria de dendê está comprometida com vários padrões de nível elevado, como a conduta ética.**

A realidade da conduta do setor de óleo de dendê em países como a Indonésia não comprova essas alegações. Pelo contrário, o setor tem se envolvido em casos de corrupção e suborno, bem como na busca de ganhos por parte de políticos e funcionários do governo. Além disso, muitos casos de violência já foram relatados em centenas de conflitos com as comunidades locais, nos quais as empresas estão envolvidas.

*** A RSPO garante dendê sustentável.**

A RSPO sofre de problemas estruturais que tornam impossível cumprir essa promessa: a imensa maioria de seus membros é de grandes atores globais do setor de dendê, que sustentam e estimulam um modelo que garante grandes quantidades de óleo de dendê “barato”, principalmente para atender à demanda dos países industrializados e para os mercados emergentes, gerando enormes lucros para eles.

Outro problema é que a RSPO não faz distinção entre as diferentes escalas de operação, aplicando os mesmos critérios a pequenas plantações e a monoculturas de dezenas ou centenas de milhares de

hectares que, por definição, não são sustentáveis para a população local e a natureza. Muito mais próximo de uma forma sustentável de produção de dendê e vários produtos com base nele estão os sistemas tradicionais de cultivo e processamento para produtos vendidos nos mercados locais e regionais. Essas tradicionais economias do dendê ainda são praticadas em muitos países da África ocidental e central e em uma região específica do Brasil. Esses sistemas tradicionais diversificados nos quais o dendê é cultivado em sistemas agroflorestais ou consorciados proporcionam significativamente mais benefícios às economias locais e nacionais nesses países, a um custo ambiental muito menor. A RSPO serve apenas como forma de fazer “lavagem verde” nas plantações de dendezeiros e em sua imagem.

A cartilha conclui que as alegações apresentadas pela indústria de dendê não são apenas enganosas; muitas vezes, também são falsas, incluindo a afirmação de que melhoram o bem-estar das comunidades locais. Para a maioria das pessoas, a vida realmente muda muito com a invasão das plantações de dendezeiros em seu território, mas para pior.

Centenas de lutas de resistência que acontecem nas áreas de expansão de dendê na América Latina, na África e na Ásia são testemunhos de que as comunidades não aceitam facilmente esses impactos que lhes são impostos. Elas lutam pelo reconhecimento de seus direitos à terra e a seus territórios, e pedem apoio às alternativas que elas mesmas oferecem ao desenvolvimento de grandes plantações.

Alianças mais fortes entre comunidades e organizações em países consumidores e nos que há plantações de dendê são necessárias para questionar mais efetivamente a expansão contínua das plantações. Isso passará, entre outras coisas, pela denúncia das mentiras e promessas vazias das empresas de dendê, pela solidariedade com aqueles que defendem os territórios e florestas dos quais dependem comunidades em países da Ásia, da África e da América Latina e que arriscam ser tomados por plantações de dendê. Também demandará solidariedade com aqueles que trabalham por diferentes modelos de produção e consumo que não sejam baseados em mais destruição das florestas e modos de subsistência das pessoas no Sul global.

Início

. POVOS EM AÇÃO

- Brasil: Seminário no estado de Paraná em favor da Vida e contra o deserto verde

No dia 6 de junho, a Comissão Regional dos Atingidos pelo Deserto Verde organizou na cidade de Imbaú no estado de Paraná, o 1º. Seminário sobre a Violação de Direitos Humanos e as plantações industriais de eucaliptos na região de Telêmaco Borba. Na presença de um público diverso de 200 pessoas, na sua maioria composto de camponeses, foi apresentado o resultado de uma pesquisa participativa sobre os graves impactos da monocultura de eucalipto no município de Imbaú: seca e envenena as águas, provoca êxodo rural, destrói as matas, e causa o confinamento das famílias, sendo apenas alguns dos impactos que foram citados e mostrados ao público através de um Mapa social dos impactos dos monocultivos de árvores.

No final do seminário, a Comissão apresentou às autoridades e público presentes, a Carta de Imbaú, que afirma que: “encontramos um caminho por meio da Comissão Regional dos Atingidos pelo Deserto Verde para expressar nossa voz, há muito silenciada pelo medo da sombra do Deserto Verde. Vimos neste dia, de forma organizada, denunciar violações dos direitos humanos produzidos pelos impactos econômicos, sociais, culturais e ambientais provocados pela expansão da monocultura de eucaliptos e pinus em nossa

região nos últimos 70 anos”.

A Comissão apresentou às autoridades presentes um projeto de lei municipal que disciplina o monocultivo de árvores exóticas, sendo uma das várias propostas apresentadas para garantir futuro e vida para o povo da região. Isso ocorre num momento que a Klabin, a principal empresa de papel e celulose da região, que promove o monocultivo de árvores, busca mais uma vez expandir sua produção de celulose.

Para ler a Carta de Imbaú na íntegra, acessa http://wrm.org.uy/paises/Brasil/carta_de_Imbau.html

[Início](#)

- Moçambique: Camponeses fazem um apelo para resistir à concentração de terras

Após a Conferência Internacional de Tóquio sobre o Desenvolvimento Africano, os membros da União Nacional dos Camponeses, conhecida como UNAC, em Moçambique, e representantes de organizações não governamentais internacionais apelaram aos governos de Japão, Brasil e Moçambique para que interrompam o programa ProSavana.

Patrocinado pelo Japão e pelo Brasil, o programa vai facilitar o investimento estrangeiro na agricultura em grande escala em uma vasta área de savana ao norte de Moçambique, abrangendo mais de 10 milhões de hectares em três províncias. A UNAC adverte que o projeto vai prejudicar o sistema local de produção baseado na agricultura familiar e resultará em concentração de terras.

Ver <http://www.japantimes.co.jp/news/2013/05/31/national/mozambique-farmers-seek-halt-to-aid-project/#.UdHiyqwSukw>

[Início](#)

- Carta aberta sobre a política de biocombustíveis da União Europeia

Estes são momentos fundamentais de votação sobre biocombustíveis nas diversas comissões do Parlamento Europeu, com discussões em curso no Conselho. Mais de 100 organizações (incluindo uma série de coalizões que representam muitos outros grupos) assinaram uma Carta Aberta a quem toma decisões sobre política de biocombustíveis da UE – e de todos os continentes.

A carta foi enviada a todos os deputados relevantes, expressando “preocupações em relação aos custos econômicos, sociais e ambientais da política da UE para os biocombustíveis. É necessária ação urgente para deter a expansão dos biocombustíveis de base terrestre (ou seja, biocombustíveis ou agrocombustíveis produzidos a partir de cultivos alimentares ou específicos para energia) que trazem pouco ou nenhum benefício climático, ao mesmo tempo em que aumentam a pressão sobre os escassos recursos da terra, principalmente para a alimentação humana e animal”. Também salientam que “evidências cada vez maiores pintam um quadro claro dos custos sobre as pessoas e o planeta, de tal forma que dez grandes organizações internacionais, incluindo a OCDE, o Banco Mundial, o FMI e a FAO, pediram em conjunto que “os governos do G20 eliminassem as disposições das políticas nacionais atuais que subsidiam (ou obrigam) a produção ou o consumo de biocombustíveis. É hora de parar de ignorar as evidências”. A carta pode ser lida em

http://eu.ifoam.org/sites/default/files/page/files/ngo_policy_biofuels_letter_20130617.pdf

[Início](#)

- Equador: vigília pelo Yasuní

Depois do anúncio do presidente do Equador, de que vai realizar uma avaliação para a coleta de verbas do projeto Yasuní – ITT, com um interesse claro na exploração de petróleo, a iniciativa Guardiões do Yasuní convocou uma vigília em defesa da floresta. E declarou: “O Sumak Kawsay (bem viver) é possível sem o petróleo, como demonstrou a grande diversidade de vida no Yasuní, junto com os povos milenares que souberam coexistir com ela. Não há preço que pague a destruição dessa parte do paraíso equatoriano. O país e o mundo já decidiram: queremos o petróleo que está no subsolo do Yasuní”.

A ação se realizou em 4 de junho, com velas e manifestações defendendo que “Um Yasuní sem petróleo é possível! Ver mais em <https://www.facebook.com/events/358858294236845/>

Início

RECOMENDADOS

- **“Sanguessugas do Brasil”**, do jornalista Lucio Vaz. Publicado pela Geração editorial, o livro é resultado de uma investigação jornalística e reflete, de maneira vívida, várias denúncias de corrupção e desenfreada exploração da natureza por empresas brasileiras e multinacionais. Entre os casos, são descritas as tragédias provocadas pelos monocultivos de eucaliptos.

Início

- **“Expansão do dendê na Amazônia brasileira: elementos para uma análise dos impactos sobre a agricultura familiar no nordeste do Pará”**, da ONG Repórter Brasil, analisa os resultados da agricultura familiar integrada a grandes empresas produtoras de óleo de dendê, bem como os impactos ambientais, sociais e sobre a saúde da produção industrial de dendezeiros em regime de monocultivo. O download do estudo (em português) pode ser feito em www.reporterbrasil.org.br/documentos/Dende2013.pdf

Início

- **“Carbon discredited: why the EU should steer clear of forest carbon offsets”**, publicado por FERN e Amigos da Terra-França, explica por que os projetos de carbono florestal não proporcionam ganhos climáticos, ambientais ou financeiros. As organizações demandam que a União Europeia, a Califórnia e qualquer outro mercado de carbono se afastem dos créditos de compensação florestal internacional. O documento está disponível em <http://www.fern.org/pt-br/nhambita>.

Início
